

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB2A1

Levanto cedo, faço minhas abluções, ponho a chaleira no fogo para fazer café e abro a porta do apartamento — mas não encontro o pão costureiro. No mesmo instante, me lembro de ter lido alguma coisa nos jornais da véspera sobre a “greve do pão dormido”. De resto não é bem uma greve, é um locaute, greve dos patrões, que suspenderam o trabalho noturno; acham que, obrigando o povo a tomar seu café da manhã com pão dormido, conseguirão não sei bem o que do governo.

Está bem. Tomo o meu café com pão dormido, que não é tão ruim assim. E, enquanto tomo café, vou me lembrando de um homem modesto que conheci antigamente. Quando vinha deixar o pão à porta do apartamento, ele apertava a campainha, mas, para não incomodar os moradores, avisava gritando:

— Não é ninguém, é o padeiro!

Interroguei-o uma vez: como tivera a ideia de gritar aquilo? “Então você não é ninguém?”

Ele abriu um sorriso largo. Explicou que aprendera aquilo de ouvido. Muitas vezes lhe acontecera bater a campainha de uma casa e ser atendido por uma empregada ou outra pessoa qualquer, e ouvir uma voz que vinha lá de dentro perguntando quem era; e ouvir a pessoa que o atendera dizer para dentro: “não é ninguém, não senhora, é o padeiro”. Assim ficara sabendo que não era ninguém...

Ele me contou isso sem mágoa nenhuma e se despediu ainda sorrindo. Eu não quis detê-lo para explicar que estava falando com um colega, ainda que menos importante. Naquele tempo eu também, como os padeiros, fazia o trabalho noturno. Era pela madrugada que deixava a redação de jornal, quase sempre depois de uma passagem pela oficina — e muitas vezes saía já levando na mão um dos primeiros exemplares rodados, o jornal ainda quentinho da máquina, como pão saído do forno.

Ah, eu era rapaz, eu era rapaz naquele tempo! E às vezes me julgava importante porque, no jornal que levava para casa, além de reportagens ou notas que eu escrevera sem assinar, ia uma crônica ou um artigo com o meu nome. O jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem entre todos útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”

E assobiava pelas escadas.

Rubem Braga. **O padeiro** (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 Infere-se do primeiro período do texto, pela sequência das ações enumeradas, um único sentido para a palavra “abluções”: o de **orações**.
- 2 Estariam mantidos os sentidos do segundo período do primeiro parágrafo caso se deslocasse o termo “alguma” para imediatamente depois de “coisa”.
- 3 O texto, que é predominantemente narrativo e desenvolvido com base em um fato do cotidiano do narrador, caracteriza-se como uma crônica.
- 4 O texto apresenta um viés reflexivo a respeito do fato de o padeiro ser chamado de “ninguém” e de ele aceitar essa condição, apesar de realizar um trabalho importante para a sociedade.
- 5 No sexto parágrafo, o narrador se compara ao padeiro com base na ideia de que ambos exercem profissões pouco valorizadas.

Considerando aspectos linguísticos do texto CB2A1, julgue os itens a seguir.

- 6 Pela estruturação do penúltimo parágrafo, conclui-se que a forma verbal “levava”, em “no jornal que levava para casa” (segundo período), concorda com a primeira pessoa do singular.
- 7 A oração “para não incomodar os moradores” (último período do segundo parágrafo) expressa circunstância de causa.
- 8 No segundo parágrafo, as formas verbais “vinha”, “apertava” e “avisava” (quarto período) expressam ações que “um homem modesto” (terceiro período) desempenhava repetidamente em tempo passado.
- 9 No quinto parágrafo, as formas verbais “aprendera”, “acontecera” e “atendera” estão flexionadas no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo e denotam ações que ocorreram em momento anterior ao da ocorrência de outras ações no passado, expressas, no texto, pelas formas verbais “abriu” e “Explicou”.
- 10 No último período do segundo parágrafo, o vocábulo “mas” é empregado com valor adversativo.

Julgue os itens subsequentes, em relação a estruturas linguísticas do texto CB2A1.

- 11 Tanto a forma “assobiava”, empregada no último parágrafo do texto, quanto a forma **assoviava** são admitidas pela ortografia oficial em vigor, tendo ambas o mesmo significado.
- 12 No quinto parágrafo, classifica-se como pronome relativo o vocábulo “que” em “Explicou que aprendera aquilo” (segundo período) e “ouvir uma voz que vinha lá de dentro” (terceiro período).
- 13 O emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”, em “à porta do apartamento” (quarto período do segundo parágrafo), é obrigatório.
- 14 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituíssem por vírgula tanto o travessão empregado no primeiro parágrafo quanto o empregado no sexto parágrafo.
- 15 No primeiro período do sexto parágrafo, a colocação dos pronomes átonos “me” e “se” exemplifica dois casos de próclise obrigatória.

A respeito de Windows 10, de edição de textos e apresentações com o MS Office 365 e de aplicativos para segurança, julgue os próximos itens.

- 16 A ferramenta do sistema operacional Windows que auxilia na proteção contra ameaças de vírus e *malware* é chamada Defender.
- 17 No Windows, por meio do botão Reiniciar, é possível desligar o computador, mantendo-se abertos e salvos os arquivos em uso, para retornar a eles após uma pausa rápida.
- 18 No Word, ao se usar a opção Salvar uma Cópia, o arquivo original que tiver sofrido alterações poderá ser salvo com outro nome, mantendo-se o original com o nome anterior.
- 19 No PowerPoint, o efeito que se pode aplicar nos *slides* para dar uma melhor aparência na forma como eles mudam durante sua apresentação é chamada de transição.
- 20 Para se utilizar o MS Office 365, é necessário realizar o *download* das ferramentas do MS Office e fazer a instalação no computador do usuário.

Acerca de redes de computadores e de ferramentas disponíveis para comunicação na Internet, julgue os itens que se seguem.

- 21 Em uma *intranet* de uma empresa ou órgão, apenas usuários autorizados, detentores de *login* e senha, podem acessar páginas *web*, sistemas e dados disponíveis.
- 22 Ao se fazer o backup do Windows, pode-se optar por manter as credenciais como a lista de redes Wi-Fi e as senhas em uso no computador.
- 23 No MS Outlook, ao se fazer uma cópia de segurança de todas as informações de contato, calendário e *e-mail* para um arquivo do tipo *pst*, os anexos de *e-mail* são excluídos.
- 24 A pesquisa por imagens na ferramenta de busca do Google pode ser feita por meio de uma foto ou *upload* de arquivos, via recurso do Google Lens.
- 25 Para se utilizar o OneDrive da Microsoft de forma sincronizada, é necessário que haja uma conta pessoal, corporativa ou de estudante configurada para uso.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de princípios de contagem, operações com conjuntos e problemas geométricos.

- 26 Um grupo de 50 pessoas irá receber condecorações da prefeitura, em que cada pessoa receberá pelo menos um de dois tipos de condecorações, que são Honra e Mérito. Se 32 pessoas receberem os dois tipos de condecorações e 40 pessoas receberem pelo menos a condecoração de Mérito, então 18 pessoas receberão apenas a condecoração de Honra.
- 27 Um galpão de ferramentas da prefeitura cujas dimensões são de 11 m por 16 m será ampliado de tal forma que suas novas dimensões passarão a ser 12 m por 22 m. Nesse caso, serão adicionados 88 m² de área útil ao galpão.
- 28 Doze soldados de um batalhão da polícia militar do Espírito Santo, dos quais quatro são homens e oito, mulheres, serão escolhidos para formar uma equipe de seis policiais. Assim, há 420 possíveis maneiras de se formar a equipe com exatamente quatro mulheres e dois homens.

No que se refere a lógica proposicional, julgue os próximos itens.

- 29 O valor lógico da proposição composta $p \vee \sim q \rightarrow r \wedge \sim s$ será verdadeiro apenas para oito combinações diferentes dos valores lógicos das proposições p , q , r e s .
- 30 A frase “Como Cachoeiro do Itapemirim é uma linda cidade, ela possui vários pontos turísticos.” é uma proposição simples.

Com relação Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim (Lei n.º 4.009/1994, e suas alterações), julgue os itens a seguir.

- 31 Para avaliação de estágio probatório, somente servidor estável de nível hierárquico não inferior ao do avaliado poderá compor comissão avaliadora no município de Cachoeiro de Itapemirim.
- 32 No âmbito do município de Cachoeiro de Itapemirim, é vedada a posse em cargo público mediante procuração.
- 33 Servidor público municipal estável de Cachoeiro de Itapemirim poderá obter licença sem vencimento para tratar de interesses particulares, até o prazo máximo de quatro anos, sendo-lhe vedada nova concessão se ele permanecer no mesmo cargo público.
- 34 No município de Cachoeiro de Itapemirim, a vacância de função de confiança ocorre tanto por dispensa quanto por destituição.

Ainda no que se refere ao Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cachoeiro de Itapemirim, julgue os próximos itens.

- 35 Servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim que contrair doença profissional que o inabilite para o exercício das suas atribuições terá direito a licença com vencimento integral, independentemente do tempo de serviço público que tiver prestado.
- 36 Servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim que, no exercício das suas atribuições, causar danos a terceiros responderá à fazenda municipal, na forma da legislação civil e processual federal.
- 37 Ao servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim é vedado participar em sociedade de que esse próprio município seja acionista.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei Orgânica do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

- 38** No município de Cachoeiro de Itapemirim, em cada bairro da cidade e nas sedes dos distritos, é obrigatória a existência de uma praça pública.
- 39** É vedado a servidor público municipal de Cachoeiro de Itapemirim servir sob a direção imediata de um tio (irmão do pai).
- 40** A autonomia administrativa do município de Cachoeiro de Itapemirim caracteriza-se pela decretação e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas.

A respeito da ética e da moral no serviço público, julgue os itens que seguem.

- 41** O servidor público possui discricionariedade para, no cumprimento de suas funções e tarefas, utilizar, ou não, os avanços técnicos e científicos postos ao seu alcance.
- 42** A observância da moralidade na administração pública possui estatura unicamente infraconstitucional, pois se origina de disciplina veiculada nos códigos de ética elaborados no âmbito das administrações federais, estaduais e municipais.
- 43** A ausência injustificada do servidor no local de trabalho, apesar de indesejável, não será tida como fato de desmoralização do serviço público, exceto se implicar decréscimo de produtividade.
- 44** O exercício da função pública não se integra na vida particular do servidor público, de modo que os atos verificados na conduta cotidiana no âmbito da vida privada não podem ser utilizados para desfavorecer o conceito do servidor na sua vida funcional.
- 45** A urbanidade no trato com os usuários do serviço público insere-se no âmbito dos deveres fundamentais do servidor público.
- 46** Atentará contra a ética no serviço público o servidor que fizer uso de informações sigilosas ou privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço em benefício de terceiros.

A respeito da relação entre ética, moral e democracia e dos aspectos atinentes ao exercício da cidadania, julgue os itens subsequentes.

- 47** A educação é fator fundamental para o exercício da cidadania, tendo sido garantida, à luz desse viés, pela Constituição Federal de 1988 como um direito de todos e um dever do Estado e da família.
- 48** As capacidades eleitorais ativa e passiva são facetas do exercício da cidadania inseridas no contexto das democracias.
- 49** A ética e a moral não são sinônimas, sendo esta última objeto de estudo da primeira, que, por sua vez, poderia ser definida como ciência da moral.
- 50** Na perspectiva clássica, a ética assume uma concepção predominantemente formal, dissociada da análise dos bens que as pessoas desejam e do modo como aqueles são distribuídos no direito, na política e na economia.

Determinado grupo, de aproximadamente 100 pessoas, planejou de se reunir em praça pública municipal, visando criar associação para combater os desmandos do respectivo prefeito, inclusive utilizando-se de instrumentos judiciais como o mandado de segurança coletivo, já que a agremiação associativa poderia representar seus associados judicialmente. Tomando conhecimento da reunião, o prefeito baixou um decreto determinando: a) a dispersão da reunião e a proibição da criação da associação, alegando ausência de prévia autorização; b) a dissolução de qualquer associação eventualmente criada contrária aos interesses do seu partido.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes com base nos direitos e garantias fundamentais.

- 51** Caso seja efetivamente criada, a entidade associativa terá legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de expressa autorização do filiado.
- 52** Caso seja efetivamente criada a entidade associativa, esta não poderá impetrar mandado de segurança coletivo logo após a sua criação, uma vez que a associação apenas pode se valer desse instrumento judicial após um ano de funcionamento.
- 53** O prefeito agiu de modo correto ao determinar a dispersão da reunião, pois, embora todos possam reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, exige-se para tal prévia autorização da autoridade local.
- 54** Errou o prefeito ao alegar ausência de prévia autorização para a criação de associação, porquanto tal criação independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- 55** Foi errada a atuação do prefeito ao determinar a dissolução de qualquer associação contrária aos interesses do seu partido, porquanto as associações só podem ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial trânsito em julgado.

Acerca de disposições gerais pertinentes aos servidores públicos, julgue os itens que se seguem.

- 56** É vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- 57** A investidura em cargo em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo.
- 58** É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência com a remuneração de cargo público, efetivo ou comissionado.
- 59** Ao agente público ocupante exclusivamente de cargo em comissão aplica-se o regime geral de previdência social.
- 60** O limite constitucional do teto remuneratório aplica-se ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo em comissão.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Durante a construção de um prédio público, a empresa contratada solicitou à fiscalização:

- autorização para subcontratação da fundação do prédio, tendo em vista a necessidade de equipamentos específicos, aos quais ela não tinha acesso;
- mudança da data-base do reajuste para a data de emissão da ordem de serviço;
- reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fruto da significativa variação do preço do cimento, o que caracteriza caso fortuito ou força maior;
- mudança de modalidade de garantia contratual de caução para fiança bancária;
- celeridade na análise das solicitações apresentadas pela contratada.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens, à luz da Lei de Licitações e contratos em vigor.

- 61** Desde que demonstrada a conveniência, a garantia contratual poderá ser alterada em comum acordo entre as partes.
- 62** Caso o edital tenha previsão de cláusula de matriz de riscos, a contratada não terá direito a reequilíbrio econômico-financeiro fruto de caso fortuito ou força maior.
- 63** No caso de o edital de licitação da obra em questão prever essa possibilidade, a subcontratação das fundações poderá ser autorizada pela fiscalização de acordo com os limites previstos no instrumento convocatório.
- 64** A mudança de data-base de reajuste está prevista na legislação vigente como uma das condições de alteração contratual unilateral pela administração.
- 65** Na situação em apreço, a fiscalização tem até o fim do prazo de vigência contratual para emitir decisão sobre todas as solicitações realizadas pela contratada.

Em relação ao planejamento e controle da execução de contratos de obras públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 66** Em uma ficha de composição de serviço constituída somente por pessoal e material, dobrar o coeficiente de mão de obra representa dobrar a produtividade da equipe alocada.
- 67** Os valores do cronograma físico-financeiro acumulados mês a mês permitem a obtenção de todos os valores planejados do contrato.
- 68** Atrasos injustificados de atividades no cronograma físico-financeiro, compensados por antecipação de outras de mesmo valor, ainda que não representem atraso financeiro, caracterizam atraso de cronograma, cabendo a aplicação das sanções previstas em contrato.
- 69** Execução de valores contratuais superiores à disponibilidade financeira é uma prática recomendada nos casos de contingenciamentos orçamentários.

A respeito de fiscalização de obras públicas, julgue os itens que se seguem.

- 70** No caso de ordem de paralisação do contrato de uma obra, o cronograma poderá ser prorrogado automaticamente por meio de apostila, desde que a dilação tenha o mesmo prazo da paralisação.
- 71** A partir do recebimento definitivo, a fiscalização assume toda a responsabilidade pela solidez e segurança da obra.
- 72** O detentor de atestado de responsabilidade técnica da fase de habilitação da licitação estará dispensado de participar efetivamente da execução da obra, desde que seja o responsável técnico perante o CREA.
- 73** A ART de cargo e função do servidor público, fiscal técnico do contrato, substitui a ART de fiscalização.
- 74** A equipe técnica da empresa contratada tem até o final do contrato para realizar no CREA o registro da anotação de responsabilidade técnica (ART) de execução de obra.

Julgue os itens seguintes, no que se refere às atividades envolvidas no processo de análise e compatibilização de projetos.

- 75** É possível o desenvolvimento parcialmente concomitante de investigações de campo e de projetos de terraplanagem, pavimentação e drenagem de uma rodovia, desde que o fluxo de informações no ambiente de projeto permita a integração compatível de soluções adotadas em diversas disciplinas e a coerência com dados levantados no terreno.
- 76** O projeto de redes urbanas coletoras de esgoto sanitário doméstico deve prever declividade mínima em seus trechos capaz de proporcionar, ao menos uma vez ao dia, tensão trativa suficiente para promover a autolimpeza da tubulação, com vazão estimada para o início do plano.
- 77** Na compatibilidade entre o projeto arquitetônico e os projetos complementares de uma edificação, a identificação de elementos conflitantes pode ser realizada empregando-se o programa BIM (*building information modeling*), que é um *software* voltado à integração de modelos oriundos de diversas disciplinas.

Com base na atual legislação ambiental brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 78** Conforme a Lei n.º 9.605/1998, poderá ser aplicada à pessoa jurídica infratora a penalidade de prestação de serviços à comunidade, a exemplo da execução de obras de recuperação em áreas degradadas.
- 79** O estudo de impacto ambiental deve ser apresentado de forma compacta e direta, traduzindo informações técnicas em linguagem acessível e ilustrada com uso de comunicação visual, evidenciando vantagens e desvantagens do projeto.
- 80** Conforme a Resolução CONAMA n.º 237/1997, a licença prévia autoriza a construção do empreendimento de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelo órgão ambiental, constituindo requisito prévio ao início das obras.
- 81** O órgão ambiental municipal pode licenciar empreendimentos e atividades de impacto ambiental local, desde que essa competência lhe seja delegada pelo estado, por instrumento legal ou convênio.
- 82** Conforme a Resolução CONAMA n.º 001/1986, a abertura de estradas vicinais rurais com duas faixas de rolamento depende da elaboração do estudo de impacto ambiental e do respectivo relatório de impacto ambiental.

83 Na aplicação de penalidades derivadas de crimes ambientais, a responsabilidade de pessoas jurídicas não exclui a de pessoas físicas autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato, podendo, ainda, ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Com relação à contratação de obras e concessão de serviços de engenharia na esfera pública, considerando a atual legislação brasileira, julgue os próximos itens.

84 Em caso de parceria público-privada para construção e operação de escola, restritas a serviços não pedagógicos, a contraprestação da administração pública será precedida, obrigatoriamente, da disponibilização do serviço objeto do contrato.

85 Uma nova concessão de serviço público municipal de coleta e tratamento de esgotos pode contemplar o repasse da infraestrutura existente e, necessariamente, será objeto de prévia licitação.

86 O projeto básico de uma ponte rodoviária em uma estrada municipal deve se ater aos elementos suficientes à caracterização geral da obra, estabelecendo soluções globais com a flexibilidade necessária para permitir que o projeto executivo detalhe as soluções técnicas localizadas, tais como o tipo de fundação mais apropriado.

Julgue os seguintes itens, relacionados ao processo de elaboração de orçamentos.

87 Repouso semanal remunerado, feriados, férias e décimo terceiro salário são itens que devem estar contemplados no BDI do orçamento estimativo de uma obra.

88 O cronograma físico-financeiro é a ferramenta de gerenciamento que busca definir o objeto de uma obra de forma detalhada, contendo a descrição do método executivo de cada serviço e estabelecendo requisitos, condições e diretrizes administrativas e técnicas para sua execução.

89 O orçamento sintético é o que elenca a relação completa dos serviços necessários à conclusão da obra; porém, sem desdobrar os insumos presentes em cada serviço.

90 A composição de custo unitário define o valor financeiro necessário para executar uma unidade de determinado serviço, devendo ser elaborada com base em coeficientes de produtividade de mão de obra e de equipamentos, de consumo e de aproveitamento de materiais, com preços obtidos no mercado.

Julgue os próximos itens, a respeito de conceitos, princípios e regras pertinentes a licitações de obras públicas.

91 Superfaturamento é o dano comprovado à administração pública; uma das hipóteses de ocorrência desse fato é a deficiência na execução de obras, que resulte na diminuição da sua segurança, qualidade ou vida útil.

92 A publicação de extrato do edital de uma licitação no Diário Oficial da União atende simultaneamente aos princípios da publicidade e da transparência aplicados à administração pública.

93 A legislação vigente proíbe que a administração contrate uma obra em que o contratado tenha por obrigação a elaboração de projeto básico, uma vez que todos os custos envolvidos no objeto devem estar previamente estabelecidos.

94 O critério de julgamento de maior desconto é aplicável à contratação de obra na modalidade de concorrência e deve ter como referência o valor médio dos preços apresentados pelas licitantes habilitadas a participar da etapa de abertura das propostas.

95 O limite para dispensa de licitação de obras deve ser atualizado a cada dia 1.º de janeiro pelo Poder Executivo Federal com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou índice que vier a substituí-lo.

Com referência a contratos administrativos de obras públicas, julgue os itens a seguir.

96 No caso da contratação de obra em que se exija no edital a prestação da garantia na modalidade fiança bancária, se houver inadimplemento pelo contratado, a execução e a conclusão do objeto do contrato terão de ser assumidas pela instituição financeira, caso esta opte por não pagar a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

97 Os contratos de obras terão de possuir cláusulas definidoras dos critérios e da periodicidade das medições, que, sempre que compatível com o regime de execução, deverão ser mensais.

98 Em um contrato de obra, não é necessário haver cláusulas que prevejam o regime de execução, pois este deverá ser definido pela contratada, seguindo os princípios de economicidade, eficácia e eficiência.

A equipe responsável pela contratação da construção de um prédio público detectou a necessidade de modificar os projetos, após o início dos trabalhos, para melhor adequação técnica aos fins propostos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

99 Caso os projetos apontem apenas acréscimos, a contratada será obrigada a aceitá-los, nas mesmas condições contratuais, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

100 Caso a alteração dos projetos suprima trechos para os quais a contratada já adquiriu e colocou materiais no canteiro de obras, a administração deverá fixar prazo para que aquela recolha os referidos insumos, sem direito a indenizações, por não haver previsão legal para o pagamento de itens que não sejam diretamente aplicados nos serviços.

Espaço livre